

HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA

Coleção dirigida por
Philippe Ariès e Georges Duby

1. *Do Império Romano ao ano mil*
organizado por Paul Veyne

2. *Da Europa feudal à Renascença*
organizado por Georges Duby

3. *Da Renascença ao Século das Luzes*
organizado por Philippe Ariès (†) e Roger Chartier

4. *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*
organizado por Michelle Perrot

5. *Da Primeira Guerra a nossos dias*
organizado por Antoine Prost e Gérard Vincent

Este livro foi publicado com o apoio do Ministério Francês da Cultura — Centro Nacional do Livro. No âmbito do programa de auxílio à publicação Carlos Drummond de Andrade, contou com o apoio do Ministério Francês das Relações Exteriores e Europeias.

França.Br

2009

O Ano da França no Brasil (21 de abril-15 de novembro) é organizado, na França, pelo Commissariado Geral Francês, pelo Ministério das Relações Exteriores e Europeias, pelo Ministério da Cultura e da Comunicação e por Culturesfrance; no Brasil, pelo Commissariado Geral Brasileiro, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério das Relações Exteriores.

Ouvrage publié avec le concours du Ministère Français Chargé de la Culture Centre National du Livre. Publié dans le cadre de du Programme d'Aide à la Publication Carlos Drummond de Andrade, bénéficie du soutien du Ministère Français des Affaires Etrangères et Européennes.

França.Br

2009

L'Année de la France au Brésil (21 avril-15 novembre) est organisée, en France, par le Commissariat Général Français, le Ministère des Affaires Etrangères et Européennes, le Ministère de la Culture et de la Communication et Culturesfrance; au Brésil, par le Commissariat Général Brésilien, le Ministère de la Culture et le Ministère des Relations Extérieures.

*Ante Chartier
março 2014*

HISTÓRIA DA 1 VIDA PRIVADA

Do Império Romano ao ano mil

Organização
Paul Veyne

Tradução
Hildegard Feist

Consultoria editorial
Jônatas Batista Neto

3ª reimpressão


COMPANHIA DE BOLSO

fortemente ancorada na distinção entre o exterior e o interior, entre o público e o privado? Não percebe que hoje em dia é urgente procurar salvaguardar a própria essência da pessoa, pois, demolindo as últimas muralhas da vida privada, o fulgurante progresso técnico desenvolve essas formas de controle estatal que, se não tomarmos cuidado, logo reduzirão o indivíduo a um número no meio de um imenso e aterrador banco de dados?

INTRODUÇÃO

Paul Veyne

De César e Augusto a Carlos Magno, e até a ascensão dos Comneno ao trono de Constantinopla, este livro abrange oito ou mesmo dez séculos de vida privada. Não deixa de haver lacunas, que são intencionais; um inventário completo não teria atrativos para um leitor erudito. Conhecem-se muitos séculos através de uma documentação tão pobre que não tem vida; o tecido desse milênio está crivado de lacunas esparsas. Nesse manto excessivamente grande preferimos recortar fragmentos mais ou menos coerentes, cujas imagens ainda se animam.

Primeiro fragmento: o Império Romano na época do paganismo, relatado com detalhes suficientes para ressaltar o contraste da cristianização; devemos agradecer ao grande historiador Peter Brown por ter se encarregado de colocar tal ácido no reagente. Esse quadro de duas faces — paganismo e cristianismo — articula-se, portanto, como um drama: o drama da passagem do “homem cívico” ao “homem interior”.

Segundo fragmento: o quadro material da vida privada; a casa, na Antiguidade pagã e cristã, é estudada em detalhe, menos na materialidade do que nas funções, na arte e na vida; parece-nos que se trata de um estudo muito novo: esperamos que os leitores se contentem duplamente por termos nos estendido sobre o assunto. De início quisemos equiparar a abordagem da arquitetura privada ao estudo da arquitetura pública urbana que, na *Histoire de la France urbaine*, ocupa amplo espaço no texto. Nossa segunda razão é o grande interesse do público atual pela arqueologia; no verão vemos os turistas se aglomerarem em grande número nos sítios de pesquisa, com o guia nas mãos. O guia, porém, não é tudo: não pode ensinar a ver, a interpretar pobres restos, a reconstruir mentalmente as paredes, os anda-

res e o telhado de uma casa reduzida aos alicerces, a imaginar os habitantes, suas ocupações, sua circulação dentro da casa, sua promiscuidade ou seu distanciamento.

Terceiro fragmento: a Alta Idade Média ocidental e o Oriente bizantino. No século V de nossa era, o Império Romano perde suas províncias ocidentais, onde os bárbaros delimitam reinos. Reduzido à metade oriental, o Império Romano continua; a civilização bizantina não é outra coisa senão a continuação da Antiguidade romana, transformada pouco a pouco apenas pela força do tempo que passa. Dois quadros contrastados fazem ver, no espírito da "nova história", a vida do Ocidente merovíngio e carolíngio e do Império Bizantino na época da dinastia macedônia.

Diante disso, o leitor da presente história da vida privada pode perfeitamente nos perguntar: por que começar com os romanos? Por que não com os gregos?

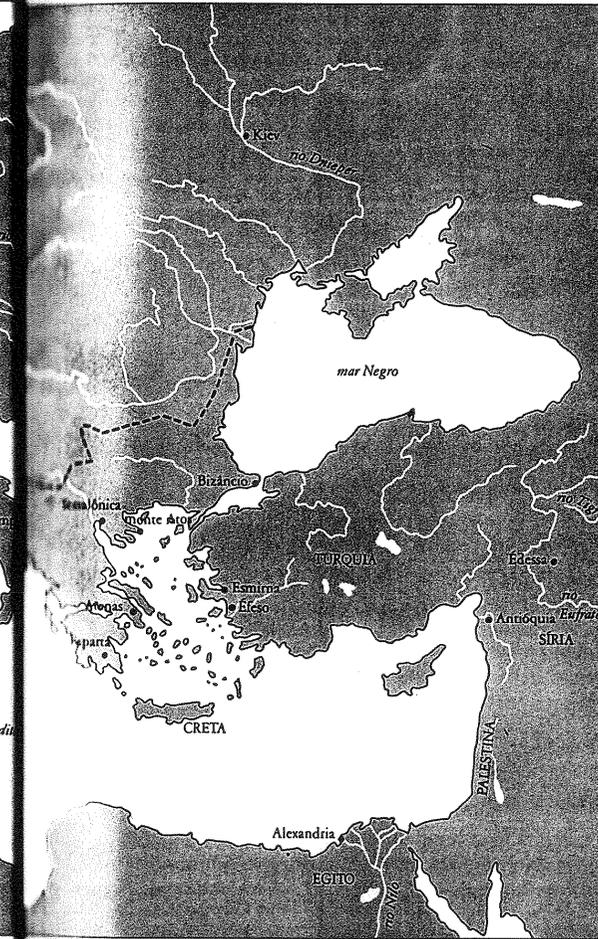
Por que os romanos? Porque sua civilização seria o fundamento do Ocidente moderno? Não sei. Não se tem certeza de que seja tal fundamento (importam muito mais o cristianismo, a tecnologia e os direitos do homem); não percebemos bem o sentido exato que devemos dar ao termo "fundamento" para evitar que uma discussão sobre o assunto conduza a meras divagações de conotações políticas ou didáticas. Enfim, podemos achar que um historiador não tem necessariamente como função reconfortar arrivistas em suas ilusões genealógicas. A história, essa viagem ao outro, deve servir para nos fazer sair de nós, tão legitimamente quanto nos confortar em nossos limites. Os romanos são prodigiosamente diferentes de nós e, em matéria de exotismo, nada têm a invejar aos ameríndios e aos japoneses. Essa foi uma primeira razão para começar a presente história por eles: para mostrar um contraste, e não o futuro Ocidente se delineando. A "família" romana, para falar só dela, parece-se tão pouco com sua lenda ou com o que chamamos de família...

Mas, então, por que não os gregos? Porque os gregos estão em Roma, são o essencial de Roma; o Império Romano é

a civilização helenística nas mãos brutais (também aqui, nada de sermões humanistas) de um aparelho de Estado de origem italiana. Em Roma, a civilização, a cultura, a literatura, a arte e a própria religião provieram quase inteiramente dos gregos ao longo do meio milênio de aculturação; desde sua fundação, Roma, poderosa cidade etrusca, não era menos helenizada que outras cidades da Etrúria. Se o alto aparelho de Estado — imperador e Senado — permaneceu, no principal, estranho ao helenismo (tal era a vontade de poder entre os romanos), em contrapartida o segundo nível institucional, o da vida municipal (o Império Romano formava um corpo cujas células vivas consistiam em milhares de cidades autônomas), era inteiramente grego. Desde o século II antes de nossa era, a vida de uma cidade do Ocidente latino era idêntica à de uma cidade da metade oriental do Império. E na essência essa vida municipal, completamente helenizada, servia de quadro para a vida privada.

Assim, pois, quando se inicia a presente história, uma civilização universal (na medida do universo então existente) reina de Gibraltar ao Indo: a civilização helenística. Um povo à margem, também helenizado — os romanos —, conquista essa área cultural e acaba de helenizar-se. Pois decide participar dessa civilização que não via como estrangeira e grega, mas como a própria civilização, da qual os gregos foram apenas os primeiros detentores; e os romanos estavam determinados a não lhes deixar a exclusividade. Roma tornou-se grega, exatamente como o Japão contemporâneo se tornou um país do Ocidente. Este primeiro volume descreve inicialmente a vida privada no império que chamamos romano e também chamaríamos com acerto de helênico. Tal é a base de nossa história: um velho império abolido.

por que começar o livro
com o início do Ocidente



Para a comodidade dos leitores, sacrificamos a poesia dos topônimos antigos aos nomes modernos. A verdadeira escala do mapa é a seguinte: nesse vasto império, a velocidade das viagens terrestres era de trinta a sessenta ou mais quilômetros por dia, exceto para os correios oficiais. Por mar, segundo os ventos, eram necessários quinze dias para ir de Roma à Síria, e às vezes bem mais: sempre que possível, evitava-se sair ao mar entre novembro e março. Viajava-se muito, mas devia-se organizar a vida em função disso. As cidades mais importantes, depois de Roma, eram Cartago, Alexandria, Antioquia da Síria e Éfeso. As regiões mais

prósperas: Tunísia, Síria e Turquia. A originalidade desse império era ser bilingue: na metade ocidental, a língua dos poderes públicos, do comércio e da cultura era o latim; na metade oriental, o grego. População: 50 milhões de habitantes ou, no máximo, o dobro. As grandes cidades têm 100 mil habitantes ou o dobro, mais a população rural de seu território. Roma tem 500 mil habitantes, talvez o dobro. O nível de vida, variável conforme as províncias, devia oscilar entre o de um país mais pobre e o de um país mais rico dos atuais Oriente Próximo e Médio.

geral; quem possui um nome importante deve estar presente em tudo que interessa às pessoas e desempenhar um papel honorífico. É um dos aspectos, o mais anódino, do fenômeno polimorfo que era a clientela. O Império Romano, esse governo indireto, consistia em uma federação de cidades autônomas; todo membro da nobreza, fosse senador ou cavaleiro, devia receber ou merecer o título de patrono de uma dessas cidades ou, se possível, de várias. Na verdade, não passava de um título honorífico; tinha como causa ou consequência algum benefício ou serviço que o patrono prestava à comunidade: doar uma soma ao Tesouro municipal, construir ou restaurar um edifício, defender a cidade em alguma querela de fronteira. Em troca, o patrono podia afixar em sua antecâmara uma carta oficial honorífica que a cidade lhe dirigia; seus lutos familiares tornavam-se eventos locais; a comunidade protegida, a qual ele não deixava de informar, endereçava-lhe em resposta um decreto de consolação; se ele chegava à cidade, era recebido oficialmente e fazia uma entrada solene, à maneira de um soberano. A clientela urbana constituía assim um dos caminhos abertos a essa ambição pelos símbolos; mesmo as inumeráveis associações (*collegia*) pelo prazer do convívio tinham seus nobres patronos; o objetivo principal desses colégios era banquetear-se; o patrono não recebia outro poder efetivo além daquele de decidir, talvez, sobre o cardápio do festim que oferecia a sua custa. A ambição pelos símbolos foi uma das paixões dominantes do mundo greco-romano.

Com algumas nuances regionais. A Itália é o reino da clientela. Em terra grega, sofre-se como por toda parte a influência, o poder econômico e as altas relações dos ricos, aliados naturais dos romanos, donos do país. Poderosos personagens de tempos em tempos tiranizam sua cidade. Em contrapartida, as pompas, vaidades e saudações da clientela são desconhecidas. Os libertos não chegam à primeira fila (em Atenas compõem a metade dessa multidão de semicidadãos que não se incluem no demo em seu epitáfio) nem glorificam o ex-senhor. No entanto, o mecenato, essa ruínosa ambição pelos símbolos, reinava ainda na Grécia mais que na Itália, que recebera seu exemplo dos próprios gregos, e que os modernos chamam de “evergetismo”.

ONDE A VIDA PÚBLICA ERA PRIVADA

O que um romano possui? O que perde se é exilado? O patrimônio, a mulher e os filhos, os clientes e também as “honras”: Cícero e Sêneca o repetem; as “honras” são os cargos públicos, geralmente anuais, dos quais estava revestido e cuja lembrança permanece como uma espécie de título de nobreza. Os nobres romanos tinham um senso agudo da autoridade e da majestade de seu Império, mas o que chamamos de senso de Estado ou serviço público era-lhes desconhecido. Distinguiam mal funções públicas e dignidade privada, finanças públicas e bolsa pessoal. A grandeza de Roma era propriedade coletiva da classe governante e do grupo senatorial dirigente; assim como cada uma entre os milhares de cidades autônomas que formavam o tecido do Império era coisa dos notáveis locais.

COOPTAÇÃO

Tanto nessas cidades como em Roma, o poder cabe legitimamente à elite governante, diferenciada por sua opulência: só ela está qualificada a julgar que família deve ser recebida em seu seio. Os critérios legais, como a eleição ou a posse de determinada fortuna, não passam de um engodo, uma condição necessária mas totalmente insuficiente; para um único senador havia milhares de proprietários que poderiam ambicionar ingressar no Senado se fortuna fosse o verdadeiro critério. A realidade da vida política estava na cooptação: o clube que era o Senado decidia se um homem tinha o particular perfil social que o tornava admissível em seu seio e se traria sua cota ao prestígio coletivo que os membros desse clube dividiam entre si. Só que a cooptação não era efetuada diretamente pelo

corpo de senadores; passava por uma das numerosas redes do clientelismo político. As funções públicas eram tratadas como dignidades privadas e o acesso a tais dignidades passava por um elo de fidelidade privada.

Esquecendo que Roma não é um Estado moderno, muitos historiadores consideraram esses princípios antigos como uma perversão dos princípios modernos; proclamaram que em Roma havia corrupção, propina e clientelismo por toda parte ou ainda não diziam nada, julgando que tais “abusos” só tivessem interesse anedótico. Segundo os modernos, um homem público não serve realmente ao Estado se se aproveita de suas funções para encher os bolsos ou coloca sua ambição pessoal na frente do interesse geral. É esquecer que o Estado moderno não constitui a única forma eficaz de dominação: um mercado negro, uma máfia também o são. A Máfia que protege e explora os imigrantes italianos de uma grande cidade americana ou os trabalhadores imigrados de uma cidade francesa preenche uma função “pública”; faz justiça entre esses recém-chegados e os protege contra o resto da população por solidariedade nacional; deve dedicar-se a seus compatriotas, sob pena de perder toda a credibilidade; faz o bem deles e por conseguinte os comanda paternalmente. Preenche seu papel tanto mais conscientemente quanto o dinheiro que extorpe dos imigrantes tem o seguinte preço: quem protege controla e quem controla pilha. Como um velho romano, o menor “patrono” da Máfia tem expressões elevadas sobre sua dedicação à causa comum e entende que sua relação com cada um dos protegidos seja pessoal e confiante. Um nobre romano, ou mesmo um simples notável, parecia-se mais com esse “padrinho” do que com um moderno tecnocrata; enriquecer através do serviço público nunca impediu de ter o serviço público por ideal: o contrário seria surpreendente.

O funcionário íntegro constitui uma singularidade do Ocidente moderno; em Roma cada superior pilha seus subordinados, como ocorria também nos impérios chinês ou turco, onde tudo funcionava na base da propina e no entanto deram provas de uma capacidade multissecular de dominação. O Exército romano não

era menos capaz, mesmo tendo costumes curiosos: “Os soldados tradicionalmente pagavam aos oficiais pela isenção de serviço, tanto que o quadro de efetivos de cada regimento ou quase vadiava pelo campo ou se refestelava nos quartéis: desde que o oficial tivesse recebido sua parte... Os soldados arrumavam o dinheiro necessário através do roubo, de banditismo ou do trabalho em tarefas de escravo. Se um soldado era um pouco mais rico, seu oficial cobria-o de trabalho e de pancada até que comprasse a dispensa”; parece que estamos lendo não Tácito, mas as *Nouvelles antiques* de Gobineau. Toda função pública era uma falcatura em que os prepostos faziam os subordinados pagarem e todos juntos exploravam os administrados; foi assim na época da grandeza de Roma e foi assim em seu declínio.

A menor função pública (*militia*), de escrivão ou simples bedel, era vendida pelo antigo titular ao candidato à sucessão, pois se tratava de uma espécie de renda que comportava vantagens; o recém-chegado devia além disso dar ao chefe uma gorjeta substancial (*sportula*). No Baixo Império os mais altos dignitários, designados pelo imperador, dão gorjeta... ao Tesouro imperial; desde os inícios do Império, toda dignidade que cabia ao imperador nomear — consulado ou simples grau de capitão — comportava para o eleito o dever moral de deixar um legado ao soberano benfeitor, sob pena de ver seu testamento anulado por ingratidão e sua sucessão confiscada em proveito do Tesouro imperial. E, como toda nomeação se fazia por recomendação de “patronos” bem-vistos na corte, as recomendações (*suffragia*) eram vendidas ou pelo menos pagas; se o patrono não mantinha a palavra, a vítima não hesitava em apresentar queixa aos tribunais. Corretores (*proxenetae*) especializavam-se nas transações de recomendações e de clientelas (*amicitiae*), mas seu trabalho recebia críticas.

O IMPÉRIO DA PROPINA

Tudo valia dinheiro. Os postos militares que garantiam a polícia dos campos e ali preenchiam os cargos administrativos

faziam os povoados votar-lhes gratificações (*stephanos*). Todo funcionário dava um jeito para que lhe molhassem a mão a fim de executar a menor tarefa; a necessidade de tosar os animais sem os esfolar muito levou à divisão equânime dos lucros: as propinas acabaram sendo oficialmente tabeladas e o preço de cada etapa foi afixado nos escritórios. Os administrados tinham o cuidado de se apresentar diante de um funcionário ou de um alto dignitário com um presente na mão; afinal, tratava-se de reconhecer com um símbolo substancial a superioridade dos chefes sobre os comandados.

As propinas acrescentavam-se as extorsões praticadas pelos altos mandarins. Depois da conquista romana da Grã-Bretanha, a administração militar obrigava as tribos submetidas a levarem suas cotas de trigo a celeiros públicos muito distantes, depois cobrava pela permissão de entregá-lo em celeiros mais próximos. Exigir pagamentos ilegais constituía o grande negócio dos governadores de província, que compravam o silêncio dos inspetores imperiais e dividiam os lucros com seus oficiais e chefes de departamento. O poder central fazia vista grossa, bastava-lhe receber sua parte. Pilhar as províncias como governador era, diz Cícero, “o caminho senatorial de enriquecimento”; um caso fenomenal como o de Verrès, que trouxe sua província da Sicília a rédea curta e estabeleceu ali um terror sangrento, é comparável ao gangsterismo de Estado de alguns presidentes da América Central — Duvalier, Batista, Trujillo. Em menor escala, o princípio do governo de província como empresa econômica privada subsistiu durante todo o Império. Ninguém fazia mistério disso. Os poetas eróticos esperavam impacientemente que os maridos deixassem a esposa para ir enriquecer longe durante um ano de província; declaravam que, por sua parte, viviam apenas para o amor e desdenhavam os cuidados com a carreira e a preocupação de fazer fortuna. Um romano enriquecia em parte à custa dos cofres públicos; um governador recebia escusamente colossais quantias para sua missão e jamais prestava contas; sob a República, tais quantias representavam a maior parte do orçamento do Estado. Quanto ao resto, além

das extorsões, o governador negociava; o último século antes de nossa era viu os negociantes italianos se apoderarem de todas as posições econômicas no Oriente grego com a ajuda interessada dos governadores ali estabelecidos. Por isso os governadores romanos apoiavam os mercadores romanos: corrupção, e não “imperialismo econômico”.

Até o último século era honesto enriquecer como governante. Em *A cartuxa de Parma*, quando o conde Mosca deixa o ministério, pode dar ao grão-duque uma prova incontestável de sua honestidade: tendo chegado aos negócios públicos com 180 mil francos, ao sair possui apenas 500 mil; Cícero, depois de um ano de governo de província, ganhou o equivalente a 1 milhão de francos e pôde vangloriar-se: era bem pouco. Os antigos sistemas administrativos têm em comum com o que chamamos de administração apenas o nome; durante milênios, os soberanos extorquiram impostos ou subjugaram as populações servindo-se de uma máfia chamada administração, exatamente como os reis da França, à guisa de Marinha de guerra, concediam cartas de navegação a piratas que batizavam de corsários e que dividiam com eles os lucros do corso. Ninguém servia o Estado, porém dele se servia — concepção censurável talvez, mas psicologicamente um corsário não é um oficial da Marinha de alma corrompida.

Não se tratava de ser íntegro, mas de ter tato, como um comerciante que não deve deixar a clientela perceber que vende apenas em seu próprio interesse. Ora, enquanto os governantes se servem servindo ao imperador, as populações oprimidas querem poder acreditar que esses senhores paternais as oprimem para seu próprio bem. “Sê obediente e o governador te amará”, escreve São Paulo. Assim, é preciso enriquecer sem que atitudes muito explícitas impossibilitem tal crença; o interesse dos funcionários nos benefícios do poder não deve desmentir o desinteresse do próprio poder. De tempos em tempos um processo público dava um exemplo e a cabeça de um governante caía, ou pelo menos sua carreira: esse desastrado manifestara sentimentos cinicamente interessados; encontrou-se uma carta na

qual escrevia à sua amante: “Alegria! Alegria! Venho a ti livre de minhas dívidas, depois de colocar à venda a metade de meus administrados” (é uma das três ou quatro cartas de amor que nos chegaram da Antiguidade). Quanto ao imperador e seus altos funcionários, provavam o desinteresse do poder desmentindo os próprios subordinados; o imperador ostensivamente criticava o fisco — que outra coisa não era senão o administrador dos domínios imperiais —; de quando em quando atendia a uma súplica de camponeses que se queixavam das exações de seus agentes e expedia um edito suprimindo a corrupção: “Que as mãos dos funcionários deixem de ser ávidas, que deixem, repito”, escrevia. Quanto aos altos funcionários, fixavam as propinas, o que os legalizava.

A “DIGNIDADE”

Funcionários, militares e governantes não se sentiam membros de um grupo cuja reputação deviam defender por espírito de solidariedade, mas parte de uma elite não especializada, pois superior em tudo. O que cria degraus entre os indivíduos que compõem tal elite são os cargos públicos mais ou menos elevados dos quais estão revestidos, seja no aparelho de Estado, seja, como no caso dos notáveis, numa entre os milhares de cidades autônomas que compunham o tecido do Império. Um homem em seu posto dizia-se: “Servindo o imperador ou minha cidade, com esse cargo de um ano definitivamente aumentei minha ‘dignidade’ e a de minha casa e hei de figurar em vestes oficiais em minha galeria de ancestrais”. “Dignidade”, essa é a grande palavra! Não se tratava de uma virtude de respeitabilidade, mas de um ideal aristocrático de glória; todo grande se apaixona por essa dignidade que possui, como o Cid se apaixona por seu ponto de honra. A dignidade se adquire, aumenta e pode ser perdida. Exilado, Cícero se desespera: sua dignidade desapareceu, ele não é mais nada; chamado de volta a Roma, recebe novamente a dignidade. Sendo essa dignidade pública

uma propriedade privada, admitia-se que quem assumia uma função pública se vangloriasse disso e defendesse seu bem tão legitimamente quanto um rei defende sua coroa: tinha desculpa absolutória; ninguém podia querer mal a César quando ele cruzou o Rubicão, marchou contra a pátria e mergulhou-a na guerra civil: o Senado pretendia cercear-lhe a dignidade, embora César informasse que preferia a dignidade a tudo e à própria vida. Tampouco se podia querer mal ao Cid por matar em duelo o melhor general do rei a fim de salvar a própria honra.

Algumas características externas permitiam reconhecer um membro da classe governante; a distinção das maneiras não era a principal nessa sociedade pouco mundana; menos estetas que os gregos, os romanos desconfiavam da elegância e não lhe conferiam um sentido social. A severidade das maneiras e da linguagem mostrava melhor o homem de autoridade; todo notável deve ser reconhecido também pela boa educação (*pepaideumenos*), que culmina na cultura literária e no conhecimento da mitologia. Preferia-se nomear senador ou mesmo chefe de departamento pessoas conhecidas por sua cultura, sob pretexto de que saberiam escrever os papéis oficiais em bela prosa; as escolas de retórica tornaram-se viveiros de administradores, pois a cultura elevava a seus próprios olhos o conjunto da classe governante. Os primeiros gregos que, naturalizados, chegaram ao Senado eram aristocratas de cultura renomada. O efeito produzido sobre os administrados foi mais duvidoso e as consequências para o andamento dos negócios foram catastróficas; desde o século I os editos imperiais são redigidos num estilo tão anfigúrico e numa língua tão arcaizante que são pouco compreensíveis, até mesmo inaplicáveis, pois redatores tão cultos evitavam os termos técnicos até para redigir um decreto de finanças.

AS DUAS CLIENTELAS

Em suma, a classe governante procura recrutar menos governantes capazes que indivíduos que lhe mostrem num es-

pelho o conjunto das qualidades privadas que ela aprecia em si mesma: opulência, educação, autoridade natural. Prefere julgar tais qualidades com os olhos, pois não saberia defini-las com critérios regulamentares; por isso a cooptação continua sendo o princípio que tacitamente domina o ingresso nessa classe e as promoções em dignidade. Só que não é a classe em bloco que procede à escolha dos eleitos: cada um de seus membros tem sua fileira de protegidos, que recomenda aos confrades, mediante a troca do mesmo bom procedimento; o próprio imperador nomeia para altos cargos de acordo com tais recomendações. O sistema assegura a cada personagem importante o prazer de reinar sobre um rebanho de postulantes. Clientela, portanto; mas tomemos cuidado com esse termo vago e enganoso. Há duas espécies de clientela: ora é o cliente que precisa de um patrono; ora é o patrono que corre atrás do cliente para sua própria glória. No primeiro caso, o patrono realmente exerce poder; no segundo, disputa com seus pares os clientes, que são os verdadeiros senhores. É então o patrono que precisa do cliente.

Nem toda clientela, infelizmente, era da mesma espécie. “Em Ístria”, conta Tácito, “a casa dos Crassus sempre tinha clientes, terras e um nome sempre popular.” Nos campos reinava por toda parte um patronato comparável ao caciquismo sul-americano; por toda parte os grandes proprietários tiranizavam e protegiam os camponeses dos arredores; aldeias inteiras entregavam-se a um desses protetores, para ao menos estar ao abrigo de outras. Às vezes o patronato constituía mais uma aposta sobre o futuro que um efeito do estado de coisas; durante uma guerra civil, conta o mesmo Tácito, a cidade de Fréjus uniu-se ao bom partido para seguir um de seus filhos, que se tornou personagem importante; assim agiu “por zelo de compatriotas e na esperança de que um dia ele fosse poderoso”.

A bem da verdade, “clientela” e “patronato” são palavras que os romanos usam a torto e a direito; com elas pensam as mais diferentes relações. Uma nação protegida será “cliente” de um Estado poderoso, um acusado será defendido na justiça

pelo patrono, a menos que inversamente não reconheça como patrono o homem que se dispõe a defendê-lo. Não há nada mais falacioso que os estudos de vocabulário. Ora se protege porque se domina de outro modo; ora se é escolhido como patrono a fim de proteger. O segundo caso é o do patronato das carreiras: o jovem ambicioso que procura uma promoção não pertence à classe dos pobres coitados que sofrem a influência de algum vizinho poderoso, amam-no, servem-no e recorrem a seu apoio. Esse jovem se pergunta que patrono deve escolher: um compatriota?, um velho amigo bem posicionado?, o homem que protegeu os primeiros passos de seu pai na carreira? O protetor assim eleito o recomendará pela única razão de que o jovem, ainda na véspera talvez um desconhecido, se confiou a ele, sabendo que, se não aceitar essa fidelidade que lhe é oferecida, outro a receberá. Os romanos costumavam transformar uma relação geral em relações individuais ritualizadas; a geração ascendente dividia-se em mil clientelas e todas as manhãs ia saudar os patronos.

Em troca de sua proteção o patrono ganhava o prazer de não ter menos protegidos que seus pares. A circulação das elites políticas se processava através de canais de conhecimento pessoal que criavam deveres de homenagens verbais e pecados de ingratidão. Os patronos tinham a ilusão de construir por pura amizade a carreira de jovens respeitosos; tinham prazer em aconselhá-los (Cícero assume com o jovem Trebácio um tom condescendente que não se permite com seus outros correspondentes); escreviam numerosas cartas de recomendação a seus pares. Transformadas quase em gênero literário, tais cartas em geral são vazias: basta informar o nome do protegido; cada patrono confia em seus pares e troca com eles sua parte de influência, sem dúvida à custa de uma censura preliminar que cada um exercia sobre si mesmo: sob pena de perder todo crédito, devia-se recomendar apenas os postulantes que a opinião da classe governante podia aceitar. Ora, o crédito faz tudo: quem tem muitos protegidos e postos para distribuir recebe todas as manhãs a saudação de uma pequena multidão. Em contrapar-

tida, quem renuncia a qualquer papel público será abandonado por todos, “não terá mais séquito, nem escolta ao redor de sua liteira, nem visitantes em sua antecâmara”. Uma clara divisão entre a vida pública e a vida privada não decorria nem da lei nem do costume; só a prudência podia decidir. “Deixa, pois, teus clientes e vem jantar tranquilamente em minha casa”, diz a um amigo o sábio Horácio.

NOBREZA DE FUNÇÃO

Pela mesma indistinção do público e do privado, quando se queria designar alguém caracterizava-se sua pessoa pelo lugar que ocupava no espaço cívico, pelos títulos e dignidades políticas ou municipais, caso as tivesse; isso fazia parte de sua identidade, como entre nós a patente junto ao nome de um oficial ou os títulos de nobreza. Ao introduzir um personagem, um historiador ou romancista especificava se era escravo, plebeu, liberto, cavaleiro, senador. Neste último caso podia ser pretoriano ou consular, segundo a dignidade mais elevada à qual fora designado na escala das honras fosse o consulado ou apenas o pretório. Tratando-se de um militar de vocação, que preferia o comando de um regimento numa província ou nas fronteiras e adiava a preocupação de investir-se em Roma de uma dessas dignidades anuais, recebia o título de “o jovem Fulano” (*adulescens*), mesmo que fosse quadragenário embaixo da couraça: ainda não havia ingressado na verdadeira carreira. Isso com relação à nobreza senatorial; quanto aos notáveis de cada cidade, Censorino assim caracteriza para uso dos leitores o protetor (*amicus*) ao qual tudo deve e dedica seu livro: “Cumpriste até o fim a carreira municipal, recebeste a honra de ser sacerdote dos imperadores entre os homens principais de tua cidade e te elevas além do nível provincial por tua dignidade de cavaleiro romano”. Pois a vida municipal também tinha sua hierarquia. Quem não era plebeu e pertencia ao Conselho local (*curia*), como verdadeiro notável, era um curial; até mes-

mo um “homem principal”, se tivesse desempenhado na ordem todas as funções anuais até as mais elevadas, que eram também as mais custosas.

Pois “levar vida política” — ou “exercer funções públicas” — não constituía uma atividade especializada: era a realização de um homem plenamente digno desse nome, de um membro da classe governante — que se considerava apenas humana —, de uma pessoa privada ideal; não ter acesso aos cargos públicos, a vida política da cidade, equivalia a ser mutilado, homem de baixa condição. Para que o leitor sorria com um paradoxo divertido, os poetas eróticos gabavam-se de desprezar a carreira política e só querer militar na carreira do amor (*militia amoris*); para a maioria dos filósofos, conselheiros com segundas intenções, a vida política (*bios politikos*) só podia ser sacrificada, sendo preciso sacrificá-la, à vida filosófica, na qual cada um se consagra por inteiro ao estudo da sabedoria. Na prática, os cargos públicos municipais e, com maior razão, os senatoriais eram acessíveis apenas às famílias ricas; porém esse privilégio também constituía um ideal e quase um dever. O conformismo estoico identificará a vida política à vida harmonizada com a Razão. Não adiantava nada um romano ser rico se não estava entre os “primeiros de nossa cidade”, se não se projetara na cena pública — supondo que as outras famílias ricas lhe deixassem a possibilidade de permanecer à margem e que a população da cidade não tivesse ido tirá-lo da solidão de suas terras para, com suave violência, impeli-lo para as funções municipais a fim de que lhe desse os caros prazeres públicos ligados ao exercício de cada uma dessas dignidades, que duravam um ano e conferiam uma posição vitalícia.

Pois cada uma dessas dignidades custava muito caro ao indivíduo assim honrado pela vida: a indistinção dos fundos públicos e dos patrimônios privados não funcionava em mão única. É a curiosa instituição que se chama “evergetismo”. Quem recebia a nomeação de pretor ou cônsul devia desembolsar alguns milhões para dar ao povo de Roma espetáculos públicos, representações teatrais, corridas de carros no circo,

até dispendiosos combates de gladiadores na arena do Coliseu; depois o novo pretor ou cônsul ia ressarcir-se dos gastos no governo de uma província. Tal era o destino de uma família de nobreza senatorial, ou seja, uma família em 10 mil ou 20 mil. Mas é entre os notáveis municipais — ou uma família em vinte, talvez — que o evergetismo assume sua verdadeira dimensão, sem encontrar compensações para os sacrifícios financeiros que lhes impunha.

EVERGETISMO

Na menor cidade do Império, quer a população fale latim ou grego, quer fale mesmo celta ou síriaco, talvez a maioria dos edifícios públicos que os arqueólogos vasculham e os turistas visitam foi construída pelos notáveis locais com dinheiro do próprio bolso. Além disso, tais notáveis financiavam os espetáculos públicos que anualmente alegravam a cidade, desde que tivessem o suficiente, pois quem alcançava uma dignidade municipal devia pagar. Tal dignitário doava uma soma ao Tesouro da cidade, financiava os espetáculos do ano em que estava no cargo ou ainda empreendia a construção de um edifício. Caso estivesse em dificuldades financeiras, formulava por escrito a promessa pública de fazer isso um dia, pessoalmente ou por intermédio de seus herdeiros. E havia mais: independentemente de qualquer função pública, os notáveis ofereciam a seus concidadãos, de livre e espontânea vontade, edifícios, combates de gladiadores, banquetes ou festas; essa espécie de mecenato era ainda mais frequente que nos Estados Unidos de hoje, com a diferença de que seus objetos se referiam quase exclusivamente à ornamentação da cidade e a seus prazeres públicos. A grande maioria dos anfiteatros, essas enormes riquezas petrificadas, foi oferecida livremente por mecenas, que, assim, imprimiam à cidade sua marca definitiva.

Tais liberalidades deviam-se à generosidade privada? A uma obrigação pública? A ambas. A dose variava de indivíduo

para indivíduo e só havia casos particulares. Pois as cidades pouco a pouco transformaram em dever a tendência dos ricos à generosidade ostentatória; obrigavam-nos a fazer sempre o que a preocupação com a posição os levava a fazer algumas vezes. Mostrando-se liberais, os notáveis confirmavam que pertenciam à classe governante, e os poetas satíricos caçoavam da pretensão dos novos-ricos, que se apressavam a oferecer espetáculos a seus concidadãos. As cidades adquiriram o hábito de um luxo público que passaram a exigir como um direito. A nomeação dos dignitários anuais fornecia a oportunidade; todo ano, em cada cidade desenrolavam-se pequenas comédias: era preciso encontrar novas fontes de financiamento. Cada membro do Conselho declarava-se mais pobre que seus pares e dizia que em compensação Fulano de Tal era um homem feliz, próspero e tão magnânimo que seguramente aceitaria naquele ano uma dignidade que acarretava o dever de garantir à própria custa a água quente dos banhos públicos. O interessado protestava que já passara por isso. O mais teimoso ganhava. Se não se via saída, o governador da província interferia; ou a plebe da cidade, zelosa de sua água quente, intervinha pacificamente: aclamava a vítima designada, levava às nuvens sua generosidade espontânea e elegia-a dignitário erguendo as mãos ou por aclamações unânimes. A menos que, espontaneamente, pois também havia espontaneidade, um mecenas imprevisto se levantasse para declarar que desejava beneficiar a cidade; ela lhe agradecia fazendo o Conselho nomeá-lo alto dignitário local e conceder-lhe um título de honra excepcional, como “patrono da cidade”, “pai da cidade” ou “benfeitor magnânimo e espontâneo”, que ele inscreveria em sua lápide; ou então votando-lhe uma estátua, pela execução da qual ele espontaneamente pagava.

Por isso foi que os dignitários locais pouco a pouco deixaram de ser eleitos pelos cidadãos para ser designados pela oligarquia do Conselho, que os escolhia em seu próprio meio: o problema era mais a falta que o excesso de candidatos; consistindo a função mais em pagar do que em governar, deixava-se ao Conselho a decisão de imolar um de seus membros,

e o melhor candidato era aquele que aceitasse pagar. A classe dos notáveis tinha, assim, a equívoca satisfação de dizer que a cidade lhe pertencia, pois era ela quem pagava; em troca podia repartir os impostos do Império em seu proveito, fazendo-os recair o máximo possível sobre o campesinato pobre. Cada cidade se dividia em dois campos: os notáveis que davam e a plebe que recebia; além das obrigações inerentes às dignidades anuais, só se podia ser uma estrela local promovendo, uma vez na vida, a construção de um edifício ou a realização de um banquete público. Assim se formou uma oligarquia dirigente. Será preciso dizer hereditária? É menos simples: as dignidades do pai criavam um dever moral para o filho, vítima designada das próximas prodigalidades, pois era o herdeiro. Entre os ricos do lugar, pensava-se primeiro em depenar aqueles cujo pai já alcançara as dignidades (*patrobouloi*), esperando que o filho quisesse imitar a generosidade paterna; na falta de candidatos bastante ricos entre os filhos de dignitários, o Conselho se conformava em aceitar em seu seio o representante de uma família de comerciantes para impeli-lo às custosas dignidades.

Os notáveis tinham interesse em se sujeitar a tal sistema apenas porque o costume o impunha; pois se rebelavam tão frequentemente quanto se prestavam a ele de bom grado. O poder central também hesitava. Ora, para mostrar-se popular, impunha aos notáveis uma obrigação formal de dar ao povo prazeres que “o distraíssem da tristeza”; ora fazia a política dos notáveis e tentava refrear as exigências da plebe; ora, por fim, fazia sua própria política e tentava proteger os ricos contra sua tendência às suntuosidades ostentatórias: não seria melhor oferecer à cidade um cais de porto em lugar de uma festa? Pois o povo recebia prazeres que o divertiam ou edifícios que lisonjeavam a vaidade do mecenas; somente nos anos de penúria a plebe pensava em pedir a seus dirigentes que lhe vendessem a preços módicos o trigo armazenado em seus celeiros. Ofereciam-se prazeres aos concidadãos por civismo e edifícios à cidade por ostentação; essas são as duas raízes do evergetismo, que confundem, elas também, o homem público e o homem privado.

CIVISMO NOBILIÁRIO

Quem diz ostentação diz espontaneidade; quem diz civismo diz dever. Um dever paradoxal, esse de dar à cidade mais do que lhe é devido. Os cidadãos de um Estado moderno, que são administrados, limitam-se a pagar seus impostos e nem um centavo a mais; porém as cidades gregas (e, a seu exemplo, as romanas) tinham um princípio, ou pelo menos um ideal, mais exigente: quando podiam, tratavam os cidadãos como um partido moderno trata os militantes; estes últimos não devem medir seu zelo de acordo com uma cota, e sim fazer pela causa tudo que estiver a seu alcance. As cidades esperavam a mesma dedicação de seus cidadãos ricos. Demoraríamos muito para explicar que tal dedicação se aplicava principalmente a despesas com amenidades (a despesa que um dignitário menos podia recusar era aquela que a devoção também lhe exigia: quando, em nome de seu cargo, celebrava uma festa ou um espetáculo em honra aos deuses da cidade, não deixava de acrescentar alguma coisa de sua bolsa aos créditos públicos).

Ao que se soma a ostentação nobiliária. Os ricos sempre se sentiram figuras públicas; convidavam os concidadãos às bodas de sua filha; na morte de seu pai, toda a cidade era chamada ao banquete funerário e aos combates fúnebres de gladiadores. Logo se fez disso uma obrigação. Em todo o Império, um notável que se casava de novo ou cujo filho adolescente tomava as vestes de homem devia alegrar a cidade ou doar-lhe uma soma em dinheiro; caso se recusasse, precisaria se refugiar numa de suas terras para celebrar as próprias bodas. Mas isso significava privar-se da existência pública e cair no esquecimento; ora, o orgulho nobiliário quer perdurar. Assim, em vez de um prazer fugaz, ele oferece à cidade um edifício sólido, no qual é gravado seu nome. Pode também criar uma fundação perpétua, segundo outra moda da época: em seu aniversário a cidade se banqueteará em sua memória com os rendimentos de um capital que ele deixou com tal intenção ou celebrará uma festa que levará seu nome.

Tudo isso são meios de confirmar, vivo ou morto e honrado, uma condição de estrela social. Ora, uma estrela não é mais uma pessoa privada, o público a devora. Ademais, a relação de um benfeitor de cidade com seu público era física, face a face, como fora a dos políticos da República romana que tomavam decisões diante dos olhos do povo, em pé na frente do palanque, visíveis como os generais de outrora no campo de batalha. Encerrados em seus palácios, os imperadores desejaram dar a impressão de que continuam esse republicanismo tomando a precedência pessoalmente no circo ou no anfiteatro de Roma, onde a plebe vigiava sua atitude e os queria atentos e complacentes aos desejos do público, o único juiz verdadeiro.

Os notáveis municipais têm a mesma sorte. Numa cidadezinha da Tunísia encontrou-se um mosaico no qual um grande homem chamado Magério celebra a própria generosidade; o mosaico decorava sua antecâmara. Vê-se o combate de quatro bestiários contra quatro leopardos; o nome de cada combatente está inscrito ao lado de sua imagem, bem como o de cada animal: o mosaico não está ali como ornamento, mas como a descrição rigorosa de um espetáculo que Magério ofereceu com seus denários. Ao longo do mosaico leem-se as aclamações e reclamações do público, que sanciona o zelo benfeitor escandindo slogans em sua homenagem: "Magério! Magério! Que teu exemplo se torne instrutivo para o futuro! Que os benfeitores precedentes entendam a lição! Onde e como se fez tanto bem? Tu dás um espetáculo digno de Roma, a capital! Tu o dás a tua custa! Este dia é teu grande dia! Magério é o doador! Essa é a verdadeira riqueza! Sim, essa mesma! Já que terminou, despede os bestiários com uma paga suplementar!". Magério concordou com esta última vontade, e veem-se no mosaico os quatro sacos de moedas de prata (com a cifra inscrita sobre cada um) que entregou aos bestiários na arena.

Aos aplausos do povo sucediam-se normalmente títulos honoríficos, distinções de honra concedidas pelo Conselho para a vida toda; a cidade agradece, mas é ela quem julga; o notável só se distingue entre seus pares prestando-lhe ho-

menagem. Compreendemos que os títulos honoríficos de um benfeitor, assim como as dignidades públicas que ele carrega, tiveram uma importância tão considerável como os títulos de nobreza no *Ancien Régime* e suscitaram paixões igualmente intensas. O Império Romano apresenta o seguinte paradoxo: um civismo nobiliário. Tal civismo ostentatório deve confirmar sua presunção hereditária com uma proeza de liberalidade que o distinga, mas no interior do quadro cívico: superior à plebe de seu vilarejo, o notável é grande em sua cidade porque mereceu aos olhos desta e no benefício desta; ela é beneficiária e juiz da dedicação de seu filho. A plebe percebia tão bem esse equívoco que saía do espetáculo sem saber se o benfeitor a havia honrado ou humilhado; uma frase que Petrônio empresta a um espectador expressa tal ressentimento: "Ele me ofereceu um espetáculo, mas eu o aplaudí: estamos quites, uma mão lava a outra".

Ao mesmo tempo dedicação patriótica e busca de glória pessoal (*ambitus*). Já na República romana os membros da classe senatorial procuravam tornar-se populares oferecendo espetáculos e banquetes públicos, e era mais para agradar à plebe do que para corromper os eleitores; continuaram assim depois da supressão da eleição às dignidades. Como diz Georges Ville, "por trás da ambição materialmente interessada pode esconder-se uma ambição por assim dizer desinteressada, que procura o favor da multidão por si mesmo e com ele se contenta".

O EVERGETISMO NÃO SE PARECE COM NADA

Deixemos de falar de "burguesia" romana: como a clientela, o evergetismo não se explica pelo interesse de classe, mas por um espírito nobiliário que inutilmente ergue edifícios públicos e estátuas honoríficas que cantam a glória de uma dinastia e resultam de um imaginário nobre; é uma arte do brasão. Falar de maquiavelismo, redistribuição, despolitização, cálculo interessado na colocação de simbólicas barreiras de classe equivale a achatar e racionalizar um fenômeno cujos custo e desenvolvi-

mento simbólico ultrapassam em muito o que era socialmente necessário. O que nos engana é que essa nobreza, com sua simbologia aparentemente cívica, seus edifícios “públicos” e seus títulos de magistratura não se parece com a nobreza de sangue e títulos do *Ancien Régime*: é uma formação histórica original que canta a própria glória no velho vocabulário da cidade antiga, em vez de louvar a grandeza de sua raça.

Os curiais não eram a mesma coisa que a classe proprietária apenas porque o número de cadeiras no Conselho municipal em geral se limitava a cem. Assim como no *Ancien Régime* não bastava enriquecer para obter um título de nobreza, e o título de acadêmico na França limita-se a quarenta pessoas, célebres ou menos célebres. O Conselho municipal era um clube nobre onde nem todos os homens de posses entravam: as leis imperiais insistiam em que em caso de necessidade financeira fossem admitidos de favor vulgares comerciantes ricos. O clube dos ricos nobres preferia pressionar um de seus membros para que se arruinasse pela cidade. E às vezes os nobres se conformavam em fugir às suaves violências de seus pares: refugiavam-se em suas terras, na casa de seus lavradores (*coloni praediorum*), diz o último livro da *Digesta*; pois o poder público afundava ao tentar sair das cidades e penetrar no campo, onde cristãos como são Cipriano se abrigariam das perseguições.

Classe nobiliária também, pela antiguidade dessas famílias. Dinastias de novos-ricos são admitidas, é um fato comprovado, porém um fato não menos comprovado é a existência secular dessas famílias, seus intercasamentos, sua endogamia. Os intercasamentos entre as grandes famílias de uma cidade foram trazidos à luz por Philippe Moreau a partir do *Pro Cluentio* de Cícero; na Grécia, a abundante epigrafia imperial permite seguir muita família nobre ao longo de dois ou três séculos, particularmente em Esparta, na Beócia, em outros lugares ainda: foi possível estabelecer árvores genealógicas que ocupam páginas in-fólio em nossas coletâneas de inscrições gregas do período imperial. O Império é uma época de estabilidade nobiliária.

O evergetismo foi um ponto de honra nobiliário em que o orgulho de casta acionou todas as motivações cívicas e liberais sobre as quais os historiadores se estenderam habilmente, mas também com demasiada exclusividade: civismo, prazer de dar, desejo de se destacar... Essas árvores sentimentais e cívicas esconderam-lhes a floresta do orgulho nobre e a existência de uma nobreza patrimonial, hereditária de fato. Cada nobre quer ser superior aos outros e gosta de poder dizer que foi “o primeiro” ou “o único” a gastar com tal liberalidade inédita: os dignitários precedentes gratuitamente distribuíram óleo para o banho do povo, mas eis que um novo paladino distribui óleo perfumado...

“Quero ganhar dinheiro”, declara um herói de Petronio, “e ter uma morte tão bela que meus funerais se tornarão proverbiais”; sem dúvida prescreverá aos herdeiros que ofereçam um banquete à cidade por ocasião de seu enterro. Pão e circo, ou melhor, edifícios e espetáculos: a autoridade ainda era mais a projeção de um indivíduo do que uma capacidade pública ou privada de obrigar; era monumentalização e teatralização. O evergetismo não era tão virtuoso como creem seus últimos comentaristas nem tão maquiavélico como dizem os comentaristas precedentes, imbuídos de vago marxismo. A nobreza residia, ao pé da letra, num “jogo de competição”, tão irracional, política e economicamente, quanto o esbanjamento por mera ostentação. Isso ia muito mais longe que a necessidade de “preservar a posição” ou marcar as barreiras de classe, e não há como conciliar o fenômeno fundamental da competição de esbanjamento com explicações sociais ao gosto dos modernos; tampouco se pode atribuí-lo às explicações dos antigos — patriotismo, festa e banquete, generosidade etc. É um fenômeno tão curioso como esse *potlatch* que intriga os etnógrafos que o encontram entre tantos povos “primitivos”; uma paixão tão devoradora como aquelas que, entre os povos “civilizados”, só se desencadeiam pelo poder “político” e pela riqueza “econômica”. Pelo menos para quem nisso acredita.